



AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A  
AV. GOIÁS N. 91 – CENTRO – GOIÂNIA/GO  
CNP.J.: 03.918.382/0001-25

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2014**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIÁS FOMENTO relativas aos Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

O Programa de Fomento ao Desenvolvimento Econômico que faz parte das políticas governamentais no Estado de Goiás tem como foco a geração e manutenção de emprego e renda, por meio da concessão de crédito visando a elevação dos investimentos produtivos nos diversos setores da economia goiana. No semestre, a GOIÁS FOMENTO concedeu a 534 micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e autônomos mais de R\$ 24,7 milhões com Recursos Próprios. Como Agente Operador do FCO e Agente Financeiro do BNDES contratou mais de R\$ 5,9 milhões em 25 operações de crédito. O saldo da carteira de crédito com risco próprio (Recursos Próprios/FCO/BNDES), ao final do 1º Semestre de 2014, ficou em R\$ 93,3 milhões, crescendo R\$ 56,6 milhões (variação de 56%) em relação a 30/06/2013. Como Agente Financeiro dos Fundos Estaduais, as operações de crédito com recursos do FUNMINERAL, Crédito Produtivo/CREDEPAI e FUNBAN somaram 792 operações com R\$ 16 milhões contratados no semestre.

Como Agente Financeiro dos Fundos Estaduais, as carteiras somam mais de R\$ 53,3 milhões, no Crédito Produtivo/CREDEPAI, R\$ 29 milhões, no FUNBAN (Banco do Povo), R\$ 9,6 milhões, e no FUNMINERAL, R\$ 14,8 milhões.

**1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS**

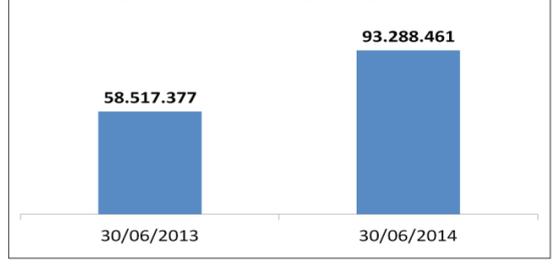
**INDICADORES:**

	Em R\$ Mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
<b>RESULTADOS:</b>		
Receitas Operacionais	15.269	11.676
Resultados Prestação de Serviços	4.828	2.448
Resultados Operacionais	2.115	1.087
Lucro Líquido Antes dos Juros s/ Cap. Próprio	2.260	1.064
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>		
Ativos Totais	202.820	127.049
Operações de Crédito	93.216	58.513
Patrimônio Líquido	170.527	110.475
<b>INDICADOR FINANCEIRO</b>		
Índice de Lucratividade	14,8%	9,10%

Os Ativos Totais da GOIÁS FOMENTO somaram R\$ 202,8 milhões, crescendo 59,6% sobre 30/06/2013, em parte, influenciado pela capitalização no valor de R\$ 58 milhões, promovendo aumento do Patrimônio Líquido de R\$ 110,5 milhões para R\$ 170,5 milhões em 30/06/2014.

O resultado (lucro líquido e juros s/ capital próprio) do semestre foi de R\$ 2,3 milhões sendo 112,4% maior que o igual período do ano anterior. Houve aumento tanto nos rendimentos dos recursos em tesouraria (58,3%) quanto nas receitas com operações de crédito (24,6%), elevando o índice de lucratividade em 52,6%. A expansão das operações de crédito com recursos próprios contribuiu para o crescimento da carteira em R\$ 21,8 milhões (variação de 45,7%) o que propiciou elevação nessas receitas. Da mesma forma, o saldo de recursos em tesouraria cresceu 60% em relação a 30/06/2013, contribuindo para o aumento das receitas decorrentes das aplicações financeiras.

**GoiasFomento: Carteira de Crédito**



O Patrimônio de Referência (PR) da GOIÁS FOMENTO é de R\$ 170,5 milhões, o que possibilita alcançar mais de R\$ 1,5 bilhão em operações de crédito de repasses (FCO/BNDES/FINEP) ao setor privado. No entanto, para financiamentos a projetos de infraestrutura econômica e social e outros (como, por exemplo, projetos de disposição e tratamento de resíduos sólidos, recadastramento imobiliário etc.) destinados aos municípios goianos (os quais poderão contribuir para a redução das desigualdades regionais e para um desenvolvimento mais equilibrado), estes dependerão de novos aportes de capital.

**2. PERSPECTIVAS**

Após os ajustes na estrutura organizacional, juntamente com os investimentos na modernização da gestão, está ocorrendo expansão das atividades operacionais da GOIÁS FOMENTO. A capitalização no valor de R\$ 58 milhões concluída nesse semestre ampliou as opções de negócios a diversos setores produtivos que estão sendo financiados a partir dos recursos próprios da GOIÁS FOMENTO. Houve um redirecionamento do foco de atuação da GOIÁS FOMENTO mantendo sintonia com as políticas governamentais do Governo do Estado, permitindo o cumprimento de seus objetivos institucionais atuando tanto na prospecção de oportunidades de negócios como no atendimento de novas demandas por crédito.

O credenciamento da GOIÁS FOMENTO na Agência Brasileira de Inovação - FINEP para operacionalizar o INOVACRED e a criação e diversificação de linhas de crédito com a ampliação das operações, continuará sendo parte dessa estratégia, e com isso, cumprindo seus objetivos institucionais e de sua missão. Além da ampliação das operações, busca-se a elevação dos financiamentos por meio de repasses do FCO e do BNDES e agora da FINEP, em que uma das metas é o crescimento dessas carteiras, especialmente na carteira voltada para a inovação e o agronegócio.

A gestão operacional, administrativa e financeira da GOIÁS FOMENTO continuará priorizando a melhoria da estrutura organizacional, a valorização dos colaboradores e a excelência no atendimento aos microprenehadores e às micro, pequenas e médias empresas, visando maior agilidade nos processos decisórios, segurança e velocidade de resposta aos clientes, com a otimização na aplicação e utilização dos recursos disponíveis.

**Agradecimentos**

A Diretoria Executiva da GOIÁS FOMENTO apresenta aos seus acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e a todos aqueles que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos, os resultados obtidos pela Agência, agradecendo a todos.

Goiania (GO), 18 de agosto de 2014.

**HUMBERTO TANNUS JÚNIOR** Diretor - Presidente  
**ALAIR DA SILVA ROCHA** Diretor Administrativo e Financeiro

**SÉRGIO DUARTE DE CASTRO** Diretor de Prospecção de Oportunidades de Negócio  
**ÁLVARO AUGUSTO CRUZ FONSECA DOS REIS** Diretor de Operações

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 - (EM R\$ MIL)**

	30/06/14	30/06/13
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>142.535</b>	<b>78.556</b>
DISPONIBILIDADES	19	769
APLICAÇÕES INTERF. DE LIQUIDEZ	30.932	2.154
Aplicações Interf. de Liquidez (NOTA 4)	30.932	2.154
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>58.923</b>	<b>54.001</b>
Carteira Própria (NOTA 5)	58.923	54.001
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)</b>	<b>36.001</b>	<b>11.575</b>
Empréstimos Setor Privado	26.744	11.446
Financiamentos Setor Privado	14.315	2.126
Financiamentos Rurais e Agronegócios	203	-
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(5.261)	(1.997)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>16.333</b>	<b>9.729</b>
Diversos (NOTA 7)	16.333	9.729
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>327</b>	<b>328</b>
Outros Valores e Bens (NOTA 8)	327	328
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>60.285</b>	<b>48.493</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>54.047</b>	<b>43.708</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)</b>	<b>48.717</b>	<b>41.339</b>
Empréstimos Setor Privado	13.596	21.089
Financiamentos Setor Privado	36.664	23.852
Financiamentos Rurais e Agronegócios	1.694	-
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(3.237)	(3.602)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>5.330</b>	<b>2.369</b>
Diversos (NOTA 7)	5.330	2.369
<b>PERMANENTE (NOTA 9)</b>	<b>6.238</b>	<b>4.785</b>
<b>IMÓVEL DE USO</b>	<b>3.975</b>	<b>4.001</b>
Terrenos	2.421	2.421
Edificações	1.667	1.619
Depreciações Acumuladas	(313)	(239)
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>542</b>	<b>688</b>
Imobilizado de Uso	1.583	1.718
Depreciações Acumuladas	(1.041)	(1.030)
<b>DIFERIDO</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Gastos com Logiciais	73	73
Amortizações Acumuladas	(71)	(71)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>1.719</b>	<b>94</b>
Ativos Intangíveis	2.331	350
Amortizações Acumuladas	(612)	(256)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>202.820</b>	<b>127.049</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>11.145</b>	<b>5.144</b>
<b>OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)</b>	<b>2.436</b>	<b>1.108</b>
Repasses do País - FCO	1.635	984
Repasses do País - BNDES	801	124
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 11)</b>	<b>8.709</b>	<b>4.036</b>
Sociais Estatutárias	2.578	455
Fiscais e Previdenciárias	700	490
Diversas	5.431	3.091
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>191.675</b>	<b>121.905</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>21.148</b>	<b>11.430</b>
<b>OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)</b>	<b>21.148</b>	<b>11.430</b>
Repasses do País - FCO	16.726	9.776
Repasses do País - BNDES	4.422	1.654
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>170.527</b>	<b>110.475</b>
Capital Social (NOTA 12)	134.968	103.725
Aumento de Capital	28.347	-
Reserva de Lucros	7.212	6.750
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>202.820</b>	<b>127.049</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO NOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 - (EM R\$ MIL)**

DISCRIMINAÇÃO	SEMESTRES	
	30/06/2014	30/06/2013
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>8.799</b>	<b>6.560</b>
Operações de Crédito	5.855	4.700
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	2.944	1.860
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(3.363)</b>	<b>(2.036)</b>
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.363)	(2.036)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.436</b>	<b>4.524</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(3.321)</b>	<b>(3.437)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	4.828	2.448
Despesas de Pessoal	(5.721)	(4.775)
Outras Despesas Administrativas	(2.600)	(2.415)
Despesas Tributárias	(11)	(28)
Outras Receitas Operacionais (NOTA 14)	1.642	2.668
Outras Despesas Operacionais (NOTA 14)	(1.499)	(1.335)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.115</b>	<b>1.087</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(17)</b>	<b>134</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>2.098</b>	<b>1.221</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social (NOTA 15)	162	(157)
<b>LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE</b>	<b>2.260</b>	<b>1.064</b>
Juros Sobre Capital Próprio	(1.319)	(453)
<b>LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1,00</b>	<b>0,02</b>	<b>0,02</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013- (EM R\$ MIL)**

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	EXPANSÃO	INCENTIVOS FISCAIS		
<b>SALDO EM 31/12/2012</b>	<b>101.713</b>	-	<b>2.506</b>	<b>1.367</b>	<b>3.575</b>	-	<b>109.161</b>
- Incentivos Fiscais	-	-	-	(751)	-	(558)	(1.309)
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
- Aumento de Capital	-	2.012	-	-	-	-	2.012
- Transferência p/ Aum. de Capital	2.012	(2.012)	-	-	-	-	-
- Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	1.064	1.064
- Reserva Legal	-	-	53	-	-	(53)	-
- Reserva para Expansão	-	-	-	-	-	-	-
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(453)	(453)
<b>SALDO EM 30/06/2013</b>	<b>103.725</b>	-	<b>2.559</b>	<b>616</b>	<b>3.575</b>	-	<b>110.475</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>2.012</b>	-	<b>53</b>	<b>(751)</b>	-	-	<b>- 1.314</b>

	30/06/2013	29.653	2.638	1.100	3.575	-	140.691
- Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos	-	-	-	(521)	-	-	(521)
- Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Dotação p/ Aumento de Capital	-	28.347	-	-	-	-	28.347
- Transferência p/ Aum. de Capital	31.243	(29.653)	-	(521)	-	-	1.069
- Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	2.260	2.260
- Reserva Legal	-	-	113	-	-	(113)	-
- Reserva para Expansão	-	-	-	828	-	(828)	-
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.319)	(1.319)
<b>SALDO EM 30/06/2014</b>	<b>134.968</b>	<b>28.347</b>	<b>2.751</b>	<b>886</b>	<b>3.575</b>	-	<b>170.527</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>31.243</b>	<b>(1.306)</b>	<b>113</b>	<b>(214)</b>	-	-	<b>29.836</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 - (EM R\$ MIL)**

	SEMESTRES	
	30/06/2014	30/06/2013
<b>Fluxos de Caixa Provenientes das Operações</b>		
Lucro Líquido	2.260	1.064
Depreciação e Amortização	159	(39)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(28.682)	(71)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	13.808	(963)
Operações de Crédito	(17.478)	202
Outros Créditos	(5.644)	(1.684)
Outros Valores e Bens	5	13
Outras Obrigações	839	(2.765)
<b>Caixa Gerado/Utilizado pelas Operações</b>	<b>(34.733)</b>	<b>(4.243)</b>
<b>Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento</b>		
Obrigações por Empréstimos e Repasses	6.785	4.346
Aumento de Capital em Dinheiro	29.416	2.012
Dividendos Propostos	(521)	(1.308)
Juros Sobre Capital Próprio Propostos	(1.319)	(453)
<b>Total de Ingresso de Recursos</b>	<b>34.361</b>	<b>4.597</b>
<b>Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos</b>		
Imobilização de Uso	152	164
Imóveis de Uso	1	-
Edificações	-	(149)
Aplicações no Diferido	-	-
Aplicações no Intangível	(12)	(9)
<b>Total dos Recursos Captados/Aplicados</b>	<b>141</b>	<b>6</b>
<b>Variação Líquida de Caixa</b>	<b>(231)</b>	<b>360</b>
Início do Período	250	409
Fim do Período	19	769
<b>Redução das Disponibilidades</b>	<b>(231)</b>	<b>360</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 - (EM R\$ MIL)**

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Agência de Fomento de Goiás S/A, é uma Instituição Financeira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, sendo empresa de economia mista de capital fechado, tem por finalidade FOMENTAR o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás na geração de emprego e renda. Suas principais atividades são:  
• Concessão de Operações de Crédito com Recursos Próprios;  
• Operações de Repasses do BNDES e FCO;  
• Administração de Fundos e Recursos Governamentais, tais como: FOMENTAR, FUNMINERAL e FUN-PRODUIZIR.  
A autorização para o fechamento das Demonstrações Contábeis da Instituição, referente ao 1º semestre de 2014, foi dada pela Diretoria em 18 de julho de 2014.

**NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**a) Moeda de Apresentação e Funcional**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.  
**b) Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
As Demonstrações Contábeis foram apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações Nacional, em consonância com as disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que não conflitam com as normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, estão observadas nas Demonstrações Financeiras da Agência, conforme abaixo:  
• CPC-01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);  
• CPC-03 - Elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);  
• CPC-05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);  
• CPC-10 - Pagamentos Baseados em Ações (Resolução nº 3.989, de 30/06/2011, do CMN);  
• CPC-23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, (Resolução nº 4.007, de 25/08/2011, do CMN);  
• CPC-24 - Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);  
• CPC-25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);  
• CPC-35 - Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009).

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
**NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados**  
As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se os seguintes:  
• Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados "pro rata die";  
• As provisões, inclusive os encargos sobre férias e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e  
• São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.  
**b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo**  
Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e o recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.  
**c) Provisão de Estimativas**  
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.  
**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com disponibilidade imediata.  
**e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Obrigações por Empréstimos e Repasses**  
As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata die" com base na taxa efetiva das operações.  
**f) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**  
De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, são classificadas em risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 6 a.  
**g) Títulos Disponíveis para Venda** - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas

**NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, a saber:

DESCRIÇÃO – BNDES	SEMESTRES	
	30/06/14	30/06/13
Taxa Média		
4,377% a.a	84 Meses	5.223 1.778
<b>Total</b>		<b>5.223 1.778</b>
- Curto Prazo		801 124
- Longo Prazo		4.422 1.654

DESCRIÇÃO – FCO	SEMESTRES	
	30/06/14	30/06/13
Taxa Média		
5,265% a.a	75 Meses	18.361 10.760
<b>Total</b>		<b>18.361 10.760</b>
- Curto Prazo		1.635 984
- Longo Prazo		16.726 9.776

**NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES**

OUTRAS OBRIGAÇÕES	SEMESTRES	
	30/06/14	30/06/13
Dividendos e Bonificações a Pagar (NOTA 16)	2.578	456
Fiscais e Previdenciárias	390	490
Impostos e Contribuições	311	489
Credores Diversos	1.903	1.337
Provisão de Férias/13º Salário	1.324	565
Contingências	466	451
Obrigações por Aquisição de Bens/Direitos	1.565	-
Outras – Diversas	172	249
<b>Total</b>	<b>8.709</b>	<b>4.036</b>

**NOTA 12 – CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social de R\$ 163.314.977,76 totalmente integralizado é representado por 163.314.977 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No primeiro semestre de 2014, foi precedido aumento do Capital Social no montante de R\$ 29.936.245,99 com emissão de 29.936.246 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. As Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias que aprovaram o referido aumento do Capital, aconteceram em 29/04/2014, devidamente homologada pelo Banco Central e em 23/05/2014, em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil.

**NOTA 13 – DESPESAS DE PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS**

DESCRIÇÃO	SEMESTRES	
	30/06/14	30/06/13
- Água, Energia e Gás	89	87
- Aluguéis	24	25
- Comunicação	127	117
- Honorários	719	845
- Manutenção e Conservação	80	68
- Material de Expediente	20	13
- Pessoal	5.721	4.775
- Terceiros	414	315
- Propaganda / Publicidade e Publicações	163	163
- Técnicos Especializados	275	200
- Vigilância e Segurança	92	127
- Transportes	104	120
- Amortização	-	-
- Amortização do Intangível	212	19
- Depreciação	122	139
- Outros	170	205
<b>Total</b>	<b>8.332</b>	<b>7.218</b>

**NOTA 14 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

DESCRIÇÃO	SEMESTRES	
	30/06/14	30/06/13
Outras Receitas		
- Recuperação de Créd. Baixados/Prejuízo	839	1.283
- Recuperação de Encargos e Despesas	378	414
- Outras	425	971
<b>Total de outras receitas</b>	<b>1.642</b>	<b>2.668</b>
Outras Despesas		
- COFINS	562	386
- PASEP	91	63
- Descontos Concedidos	20	456
- Outros	786	430
<b>Total de outras despesas</b>	<b>1.459</b>	<b>1.335</b>

**NOTA 15 – IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ATIVO FISCAL DIFERIDO****15.1 – Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social****a) Base de Tributação**

DESCRIÇÃO	SEMESTRE – até 30/06/14	
	Imp. de Renda	Contrib. Social
<b>Resultado do Período</b>	<b>2.098</b>	<b>2.098</b>
(-) Juros de Capital Próprio	(1.319)	(1.319)
<b>= Resultado ajustado</b>	<b>779</b>	<b>779</b>
<b>+ Adições</b>		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2014	10.730	10.730
Despesas não Dedutíveis	470	470
Total das adições	<b>11.200</b>	<b>11.200</b>
<b>(-) Exclusões</b>		
- Provisão para Devedores Duvidosos – 2013	(8.254)	(8.254)
- Outras Exclusões	(857)	(857)
Total das exclusões	<b>(9.110)</b>	<b>(9.110)</b>
<b>= Lucro real</b>	<b>2.869</b>	<b>2.869</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>705</b>	<b>430</b>
Constituição Líquida de Créditos Tributários	760	273
Realização Líquida de Créditos Tributários	(1.571)	(760)

**15.2 – Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos Ativos**

A Instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.

Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Circular do Banco Central do Brasil nº 3.171 de 30 de dezembro de 2002. Conforme dispõe a Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.059, de 20/12/2002, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 30/06/14, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis.

Assim sendo, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

**a) Movimentação da Conta do Ativo no Período:**

DESCRIÇÃO	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
<b>Saldo em 31/12/13</b>	<b>2.520</b>	<b>1.512</b>	<b>4.032</b>
- Constituição no semestre	1.571	760	2.331
- Realização no semestre	(760)	(273)	(1.033)
<b>Saldo em 30/06/14</b>	<b>3.331</b>	<b>1.999</b>	<b>5.330</b>
- Total a Curto Prazo	1.488	536	2.024
- Total a Longo Prazo	1.843	1.463	3.306

**b) Estimativa de Realização dos Créditos Tributários**

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

DESCRIÇÃO	2014	2015		2016
	2º Sem/14	1º Sem/2015	2º Sem/2015	A partir do 1º Sem/2016
- Imposto de Renda	824	665	602	1.829
- Contribuição Social	296	239	217	658
<b>TOTAL</b>	<b>1.120</b>	<b>904</b>	<b>819</b>	<b>2.487</b>

**c) Natureza dos Créditos**

DESCRIÇÃO	30/06/14
- Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa a Excluir	8.357
- Baixa de Valor Acima de 30 mil	4.503
- Provisão p/ Contingências	466
<b>Total da base de cálculo em 30/06/14</b>	<b>13.326</b>
- Alíquota de Imposto de Renda	25%
- Alíquota de Contribuição Social	15%
- Crédito Tributário de Imposto de Renda	3.331
- Crédito Tributário de Contribuição Social	1.999
<b>Total dos créditos tributários em 30/06/14</b>	<b>5.330</b>

**d) Classificação Contábil dos Créditos Tributários**

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

**e) Valor Presente dos Créditos Ativos**

O valor presente dos créditos ativos, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$ 4.657 (Junho/13 - R\$ 2.133). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no item 10 do CPC 12.

**NOTA 16 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício.

Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos foram calculados na forma de juros sobre o capital próprio, conforme faculta a legislação vigente, no montante de R\$ 1.319 (junho/13 – R\$ 453).

DESCRIÇÃO	SEMESTRES	
	30/06/14	30/06/13
- Lucro do Exercício	2.260	1.064
DESTINAÇÃO:	1.319	453
- Juros sobre o Capital Próprio		
<b>% de Distribuição</b>	<b>58,36%</b>	<b>42,58%</b>
- Juros sobre o Capital Próprio por Ação (R\$ por ação)	0,01	0,02

A proposta dos Administradores para destinação do resultado inclui a transferência para reserva de expansão do saldo não distribuído.

**NOTA 17 – PARTES RELACIONADAS**

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar e recursos de cobrança a pagar, conforme demonstrados:

PARTES RELACIONADAS	ATIVO				PASSIVO				RESULTADO			
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013				
Descrição												
FUNMINERAL	354	51	-	-	245	299						
FUNPRODUIZIR	5.945	2.996	-	-	3.452	1.230						
FOMENTAR	1.956	3.009	-	-	623	640						
Juros de Capital Próprio - Estado de Goiás	-	-	2.575	453	-	-						
Recursos de Cobrança - BD-Goiás	-	-	1.424	1.226	-	-						
Juros de Capital Próprio – Metrobus	-	-	3	2	-	-						

**NOTA 18 – EXIGIBILIDADES DE CAPITAL PRINCIPAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO****a) Índice da Basileia e de Imobilização (ILO)**

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 30/06/2014, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Patrimônio de Referência	170.525
Índice de Basileia	88,06%
Nível I	82,56%
Nível II	-
Índice de Imobilização Basileia	2,65%
<b>Limite</b>	<b>85,262</b>
Situação	4.519
Folga de Imobilização	80.743

Em primeiro de março de 2013, o BACEN publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional:

Resolução nº 4.192, que dispõe sobre a metodologia de apuração do capital de Instituições Financeiras, no Brasil chamado Patrimônio de Referência (PR);

Resolução nº 4.193, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de capital a serem mantidos sob a forma de Patrimônio de Referência (PR), nível I e de Capital Principal.

O conjunto de 15 novas circulares do Banco Central do Brasil complementam as regras estabelecidas nas resoluções, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para Risk-Weighted Assets).

O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.192, de 01/03/2013, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido.

A Resolução 4.193, de 01/03/2013, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas do Banco Central do Brasil, entre elas, a Resolução 3.464/07 e as Circulares 3.644/13 e 3.634/13.

**b) Risco Operacional**

Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 3.380/06 e 3.490/07 e Circular 3383/08.

**c) Julgamento da administração sobre o Índice de Basileia**

A administração julga adequado o atual nível do Índice de Basileia levando-se em consideração que o mínimo exigido pelas autoridades é de 11%.

**d) Cálculo do Patrimônio de Referência**

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições de risco em 30/06/2014, estão demonstrados conforme abaixo:

Capital Principal	170.525
Nível I	170.525
Nível II	-
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>170.525</b>

**Compatibilização do Patrimônio de Referência**

PR- Patrimônio de Referência	170.525
RWA - Risk -Weighted Assets	193.656
Margem PR Nível I Requerido	159.874
PR Nível I Mínimo Requerido para o RWA	10.651
Margem s/ Capital Requerido	161.810
Capital Principal. Mínimo Requerido para o RWA	8.714
Índice Basileia Capital	83,56%
Índice Basileia Ampla	87,41%

**NOTA 19 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO**

A remuneração é fixada em Assembleia Geral de Acionistas.

DESCRIÇÃO	SEMESTRES	
	30/06/14	30/06/13
- Proventos	291	335
- Gratificações	13	14
- Conselho de Administração	159	188
- Outros	256	307

A Agência de Fomento não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

**NOTA 20 – SEGUROS**

A Instituição mantém seguros de sua frota de veículos e seguro predial (não auditados).

**NOTA 21 – AVAIS E FIANÇAS**

A Agência de Fomento não possui operações de concessão de avais ou fianças em 30 de Junho de 2014 e 30 de Junho de 2013.

**NOTA 22 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

**i. Ativos Contingentes** – Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

**ii. Passivos Contingentes** – Decorrem basicamente de processos cíveis e trabalhistas. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões, possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas, e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Desta forma, o valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

**a) Contingências Prováveis - Provisionadas**

As provisões para contingências referem-se a ações classificadas como de perda provável e compõem-se de: Ações Trabalhistas e Ações Cíveis, distribuídas da seguinte forma:

**i. Ações Trabalhistas** - compõem-se de 1 ação em andamento classificada como perda provável, onde o objeto é de danos morais e reintegração, que em junho de 2014, totaliza R\$ 22 mil.

**ii. Ações Cíveis** - compõem-se de 16 ações em andamento, onde o objeto das ações são indenizações e revisionais, totalizando em junho de 2014, R\$ 196 mil.

**NOTA 23 – ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS**

A Agência de Fomento administra Fundos do Governo do Estado de Goiás. As principais informações sobre esses fundos são as seguintes:

Fundos Públicos	PL 1º Sem/14	Rec. 1º Sem/14	PL 1º Sem/13	Rec. 1º Sem/13
FUNPRODUIZIR	115.238	3.452	19.624	1.230
FUNMINERAL	15.694	245	20.393	299
FOMENTAR	924.827	623	359.332	640
<b>TOTAL</b>	<b>1.055.759</b>	<b>4.320</b>	<b>399.349</b>	<b>2.169</b>

**NOTA 24 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

As demonstrações contábeis são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações da Agência. O valor contábil relativo a cada instrumento financeiro aproxima-se do seu correspondente valor de mercado.

**NOTA 25 – GESTÃO DE RISCOS**

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial na administração da Agência de Fomento. Os principais fatores de riscos monitorados são:

**a) Risco de Mercado** – É o risco associado à probabilidade de variação no valor dos ativos e passivos da Agência, decorrente de mudanças nas taxas de juros de mercado e, com isso, serem geradas perdas à instituição. Em atendimento aos normativos dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, a GoiásFomento possui, devidamente implementada, estrutura de gerenciamento do risco de mercado, compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado da Agência, garantindo o fiel cumprimento às exigências da Resolução nº 3.464 do CMN de 26/06/2007 e normativos posteriores. Atualmente, inexistem expectativas de flutuações substanciais nas taxas de juros praticadas no mercado que possam afetar consideravelmente os resultados da Agência. O relatório de acesso público contendo a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado da GoiásFomento, encontra-se na Coordenadoria de Contabilidade – CONTA, área responsável pelo mesmo.

**b) Valor em Risco (VaR)** - O processo de análise de risco quantifica a exposição e o apetite pelo risco utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança de 99% - é uma medida estatística que estima a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de Stress (VaR Stress – é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio Líquido da instituição, de acordo com administração diversificada dos riscos. Conforme o VaR em junho/14.

**c) Risco de Crédito** - O risco de crédito surge da possibilidade da instituição vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de suas operações de crédito e outros créditos. A GoiásFomento estabelece sua política de crédito de forma conservadora, observando-se fatores relativos à classificação de clientes, pulverização de risco e monitoramento dos níveis de inadimplência. Desta forma, inexistem expectativas com perdas superiores ao valor da provisão constituída para créditos de liquidação duvidosa. Em atendimento à Resolução nº 3.721 do CMN, a Agência vem desenvolvendo ações em relação à estrutura organizacional para a efetiva implementação do gerenciamento do risco de crédito, tendo indicado ao BACEN o diretor responsável por tal atividade.

**d) Risco Operacional** – Em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do CMN, a Agência de Fomento de Goiás S/A possui implementada a estrutura de gerenciamento de risco operacional, e adota como metodologia a "Abordagem do Indicador Básico" para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional, de que trata a Resolução nº 4.192 e 4.193/13 descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos acima citada encontra-se disponível no departamento ASSGER – Assessoria de Gerenciamento de Riscos. A GoiásFomento tem como política a busca constante de melhoria nos processos internos, controles, capacitação de pessoal e tecnologia, visto que esses fatores contribuem significativamente para a mitigação de riscos.

**e) Risco de Liquidez** – É o risco de